

**O ACESSO DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS ÀS LINHAS DE
MICROCRÉDITO DISPONIBILIZADAS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

CORIVAL DA SILVA SOBRINHO JUNIOR
CENTRO UNIVERSITÁRIO ALFA

BENTO ALVES DA COSTA FILHO
FGV MANAGEMENT BRASÍLIA (DF)

O ACESSO DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS ÀS LINHAS DE MICROCRÉDITO DISPONIBILIZADAS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

1 INTRODUÇÃO

Segundo Dolabela (2012) espera-se que todos se preparem para empreender na vida. Para ele há menos de uma década jovens se formavam em alguns cursos superiores como, medicina, odontologia, engenharia sem nunca terem assistido aula sobre carreira e negócios. Nos dias de hoje isso começa a mudar. O ensino do empreendedorismo tem transformado a tendência centenária que as universidades têm de formar empregados (DORNELAS, 2018).

Muitos empreendedores no Brasil iniciam suas atividades como trabalhadores autônomos. Assim, nem sempre optam por trabalho formal e a maioria não possui cobertura previdenciária (SANTOS, 2009). Para Reis *et al* (2021), além de limitações financeiras, existem outras dificuldades enfrentadas por empreendedores, como a falta de mão de obra qualificada, falta de experiência e concorrência desleal, além das dificuldades financeiras. Os pequenos empreendimentos são importantes geradores de emprego, mas muitos preferem permanecer na informalidade motivados pela falta de crédito, excesso de imposto e pelas altas taxas de juros (DORNELAS, 2008).

A Lei do MEI, nº 128/2008, criou a figura do Microempreendedor Individual, conhecido popularmente como MEI, que favorece os pequenos empreendedores. Por meio desta lei, é possível se legalizar como empresa cumprindo todos os deveres legais, pagando pouco imposto por mês, podendo também ter acesso a benefícios do INSS como aposentadoria, salário maternidade, auxílio doença. (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2020).

Os Microempreendedores Individuais são enquadrados no regime de tributação Simples Nacional e são isentos de alguns impostos, como: Imposto de renda de pessoas jurídicas (IRPJ), Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), Programa social sobre o lucro líquido (PIS), Contribuição social (COFINS) e o Imposto sobre propriedade industrial (IPI), bem como Contribuições para entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculado ao sistema sindical e demais entidades de serviço social autônomo, e demais contribuições instituídas pela União (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2020).

Reis *et al* (2021) concluíram que empreendedores possuem dificuldades em elaborar um plano de negócio e não têm disponibilidade em recursos financeiros. E uma das vantagens oferecidas pelo Programa MEI é justamente a possibilidade de acesso ao crédito facilitado (microcrédito). O pequeno empreendedor, normalmente tem grandes limitações ou até mesmo impossibilidade de acesso ao sistema financeiro tradicional, dada a dificuldade de oferecer garantias reais (BARONE *et al.*, 2002; FELDMANN, 2016).

Dentre outras vantagens oferecidas, o programa MEI foi criado justamente no sentido de proporcionar melhores condições de acesso ao crédito por parte dos microempreendedores. No entanto, percebe-se também um certo ceticismo do público empreendedor em relação a programas oficiais de governo. Sendo assim, uma pergunta que se faz nesta pesquisa é a seguinte: como está a percepção dos microempreendedores em relação ao entendimento, disponibilidade, e facilidade de acesso às linhas de microcrédito ofertadas pelas instituições financeiras, por meio do programa MEI?

Como forma de responder ao problema de pesquisa acima exposto, o presente estudo tem como objetivo geral avaliar, do ponto de vista do microempreendedor individual a contribuição do Programa MEI em termos de vantagens e desvantagens em relação ao microcrédito junto às instituições financeiras.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Por meio de buscas em bancos de dados como Google Acadêmico, Portal Capes, identificou-se na revisão da literatura conceitos e práticas como empreendedorismo, microcrédito, e acesso ao microcrédito. Estes serviram de base à elaboração de instrumento de coleta de dados que viabilizou a aplicação de questionário junto ao público de interesse desta pesquisa, o microempreendedor individual.

2.1 Empreendedorismo

Para Baggio e Baggio (2014), empreendedorismo é um domínio específico e não apenas uma disciplina acadêmica, no sentido que se atribui habitualmente à Sociologia, à Psicologia, à Física ou a qualquer outro campo de conhecimento já consolidado. Trata-se antes de tudo um campo de estudos, pois não existe um paradigma absoluto. Nesta linha, considera-se que o empreendedorismo é um conjunto de práticas capazes de garantir a geração de riquezas e um melhor desempenho para as empresas que o apoiam e praticam. Portanto não existe um corpo teórico definitivo e absoluto a este respeito. Para o Global Entrepreneurship Monitor (GEM, ano) – que é um projeto mundial com objetivo em estudar o empreendedorismo no desenvolvimento econômico e social dos países - empreendedorismo é qualquer tentativa de criação ou expansão de um empreendimento.

O empreendedorismo no Brasil começou a ganhar forças à partir da década de 1990 com a abertura da economia, que propiciou a criação de entidades voltadas ao fomento e estudos do empreendedorismo, na esteira do processo de privatização das grandes estatais e abertura do mercado interno para a concorrência externa. Antes disso, o termo empreendedor era praticamente desconhecido e a criação de pequenas empresas era limitada ao ambiente político e econômico, pouco favorável no país (ROCHA, 2016). Ainda recentemente poucos eram os estudos que se ocupavam em avaliar os problemas enfrentados pelo empreendedor no Brasil, com destaque para a informalidade que caracteriza este tipo de trabalho e a contribuição que o programa MEI tem a dar neste sentido (DORNELES, 2018; ARRUDA, 2017). Estudos feitos com especialistas (Brito, 2016) apontam a necessidade de preparo técnico, em termos de gestão financeira e empresarial, para que o microempreendedor tenha melhores chances de obter sucesso em sua atuação.

O projeto GEM (Global Entrepreneurship Monitor) possui um representante brasileiro que é o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP), foi publicado no ano de 2017. Naquele período o Brasil possuía cerca de 50 milhões de pessoas com idade entre 18 e 64 anos, envolvidas na criação ou desenvolvimento de algum negócio, ou seja, mais de 35% da população do país no período da pesquisa.

O relatório daquela pesquisa apontava a existência de condições limitantes à atividade empreendedora no Brasil, especialmente a educação e a capacitação. O relatório aponta que se priorizava a formação dos indivíduos capacitando-os para atuar com empregados no mercado de trabalho ou no setor público; ainda assim, os brasileiros acreditam no empreendedorismo, pois cerca de 70% a 80% concordam que abrir um negócio é uma opção desejável de carreira (IBQP, 2017).

Quadro 1 - Empreendedorismo

CONCEITO	DESCRIÇÃO	TEMA	AUTORES
Empreendedorismo	Obras relacionadas ao empreendedorismo no Brasil e à lei 128/08 que estabeleceu a criação do Micro Empreendedor Individual – MEI	Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 / Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008	Brasil (2008)
		A importância da taxa de juros na obtenção de recursos financeiros pelo microempreendedor brasileiro	Oliveira e Ferreira (2018)
		Da Informalidade ao Microempreendedor Individual (MEI)	Arruda (2017)
		Empreendedorismo: Conceitos e definições	Baggio e Baggio (2014)
		Sucesso do microempreendedor individual no Brasil	Brito (2016)
		O segredo de Luísa	Dolabela (2012)
		Empreendedorismo: transformando ideias em negócios	Dornelas (2018)
		O Microempreendedor Individual – MEI	Portal do Empreendedor (2019)

Fonte: Autores

Embora haja esta crença no empreendedorismo, as dificuldades para se tornar um empreendedor são muitas, sendo a burocracia para obtenção de crédito um importante obstáculo (OLIVEIRA e FERREIRA, 2018). As pesquisas mostram que a possibilidade de acesso ao microcrédito é um item bastante valorizado na adesão ao MEI (FERNANDEZ et al., 2019; NEVES, 2020; SILVEIRA et al., 2016). Trata-se, portanto, de um tema de grande relevância quando se busca avaliar o Programa do Microempreendedor Individual. O quadro 1 traz um resumo de trabalhos relacionados ao empreendedorismo no Brasil.

2.2 Microcrédito

Microcrédito é uma área de atuação que se insere no campo de conhecimento das microfinanças. Estes dois termos combinados, preconizam o acesso ao crédito para empreendedores excluídos do sistema financeiro nacional convencional. A principal diferença é que microfinanças destina-se à prestação de qualquer serviço ou produto financeiro, enquanto o microcrédito atende aos pequenos empreendedores, sejam eles formais ou informais (CARVALHO *et al.*, 2019).

Para Oliveira e Oliveira (2019) o microcrédito pode ser entendido como política de concessão de crédito a pessoas físicas ou jurídicas, empreendedores, com o intuito de possibilitar a produção e conseqüentemente o desenvolvimento das atividades no mercado. Mourão (2019) destaca que o termo microcrédito foi criado por Muhammad Yunus no ano de 1977 em Bangladesh. Seu objetivo era auxiliar os trabalhadores autônomos individuais que se encontravam em situação de pobreza extrema a livrarem-se dos altos juros que eram cobrados pelos agiotas.

O microcrédito surge originalmente como um instrumento de combate à pobreza, possuindo efeitos sociais evidentes. Nota-se claramente que o microcrédito foi criado para promover a inclusão social a determinados grupos de pessoas, os empreendedores de pequeno porte, possibilitando a eles condições para o desenvolvimento de suas atividades empresariais.

Assim fica evidenciado que a consequência de qualquer ação implementada pelo microcrédito é a diminuição da pobreza (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2019).

Após provar que os pobres são merecedores de crédito, no sentido de confiança e que eles honram seus empréstimos destinados a suas atividades produtivas, Muhammad Yunus, conseguiu financiamentos e doações junto a bancos privados e internacionais para criar o Banco Grameen. Hoje este banco é constituído como instituição financeira privada, que cobra taxas de juros de mercado, portanto continua ajudando pessoas pobres de Bangladesh a aumentar a produtividade de seus empreendimentos e a elevar sua qualidade de vida. O maior diferencial do Banco Grameen em relação ao sistema financeiro convencional é a desburocratização, a flexibilização das garantias pois os seus empréstimos não requerem apresentação de garantias reais por seus tomadores. Como garantia o Banco Grameen, se utiliza basicamente de aval solidário, que é baseado na formação de grupos de cinco pessoas, que se responsabilizam mutuamente pelos empréstimos. Além disso os tomadores possuem assessoria de pessoa capacitada para acompanhar a destinação dos recursos (BARONE *et al.*, 2002).

Carvalho *et al.* (2019) relata que a microfinanças no Brasil teve a primeira iniciativa em Recife e na Bahia, em 1973 pela União Nordestina de Assistência e Pequenas Organizações (UNO) que executava um programa de microcrédito orientado, tornando-se referência para diversos programas de microcrédito na América Latina, portanto apesar de todo esse sucesso a UNO encerrou suas atividades em 1991. O motivo principal foi a incapacidade de gerar resultados financeiros sustentáveis em longo prazo.

A Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Mulher - Banco da Mulher, foi a segunda organização do segmento de microfinanças no Brasil e entrou em vigor em 1982. Criado primeiramente no Rio de Janeiro para lutar pela inserção da mulher na sociedade e na qualidade de vida da família e depois com ajuda do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi lançado o Banco da Mulher na Bahia oferecendo curso de capacitação e crédito financeiro com apoio para a comercialização. Posteriormente foram criadas mais quatro instituições de 1986 a 1989, sendo elas o Banco do Microcrédito (Paraná), Promicro (Distrito Federal), o Centro de Apoio aos Pequenos Empresários (CEAPE-RS em Porto Alegre, Rio Grande do Norte e Maranhão) e o Instituto de Desenvolvimento Ação Comunitária (IDACO no Rio de Janeiro) (CARVALHO *et al.*, 2019).

Quadro 2 – Microcrédito

CONCEITO	DESCRIÇÃO	TEMA	AUTORES
Microcrédito	Obras relacionadas aos conceitos de microcrédito no Brasil e no mundo.	Ampliação da base formal – dificuldade no acesso ao crédito	Oliveira e Oliveira (2019)
		Evolução do microcrédito e o empreendedorismo no Brasil	Carvalho <i>et al.</i> (2019)
		Busca de crédito pelo micro empreendedor formalizado	Fraga <i>et al.</i> (2018)
		O modelo de microcrédito no Brasil	Mourão (2019)
		Regulamentação do microcrédito e cadastro positivo beneficiam pequenos empresários	Feldmann (2016)
		Introdução ao microcrédito.	Barone (2002)

		O financiamento das micro e pequenas empresas e as dificuldades de acesso ao crédito	Salm (2019)
		Importância da formalização proporcionada pelo MEI	Faria et al. (2015)
		Burocracia no acesso ao crédito	Oliveira e Ferreira (2018)

Fonte: Autores

Na década de 1990, com a criação do CEAPE Nacional, surgiram também outras três iniciativas: a Pró Renda no Ceará, o Balcão de Ferramentas da Caixa Econômica Federal e o Banco Providência em Rio de Janeiro. E finalmente após 2002, alguns bancos privados iniciaram o fornecimento de microcréditos a microempreendedores formais e informais no país (CARVALHO *et al.*, 2019).

Conforme visto, muitas foram as iniciativas em relação ao microcrédito no Brasil. No entanto, as barreiras e dificuldades são muitas: burocracia na obtenção de financiamento; em geral, bancos não dispõem de linhas de crédito para os microempreendedores; empreendedores informais não apresentam garantias reais e não têm nome formado no mercado (OLIVEIRA e FERREIRA, 2018; MOURÃO, 2019; SALM, 2019). A formalização destes micro empreendedores por meio do programa Microempreendedor Individual (MEI) é um caminho importante apontado pela literatura para o acesso ao crédito (FRAGA *et al.*, 2018; FELDMANN, 2016; FARIA *et al.*, 2015; OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2018). O quadro 2 traz um resumo de trabalhos sobre microcrédito.

2.3 Acesso ao microcrédito

Grande parte dos microempresários não tem acesso ao crédito, e a maioria deles se financiam com suas famílias, fornecedores e até com agiotas, que viabilizam o dinheiro, mas cobram elevadas taxas de juros destes empréstimos (COSTA, 2018; OLIVEIRA e FERREIRA, 2018). O acesso ao crédito configura-se em uma política pública que busca, entre outros objetivos a redução das vulnerabilidades que afetam os microempreendedores. Neste contexto, as políticas de microcrédito para a geração de ocupação e renda constituem parte importante das políticas públicas de desenvolvimento social.

Segundo Tondolo (2018), 77% dos microempreendedores individuais declararam que pretendem aumentar seus negócios tornando-se microempresas no futuro. Para que esse crescimento aconteça existe a necessidade de acesso ao crédito, um ponto crítico, porque poucos buscam empréstimos nos bancos: 84% dos microempreendedores nem tentaram empréstimo e apenas 9% conseguem êxito em empréstimo nas instituições financeiras. Destaca ainda este autor que 60% dos microempreendedores não acreditam que exista mudanças no desempenho em relação à crédito para essas empresas.

Considerando a falta de informações suficientes para analisar a viabilidade econômica dos projetos e o destino da utilização dos recursos emprestados ao tomador, os bancos não tem capacidade de apontar e selecionar as melhores propostas que lhe são apresentadas. Assim as instituições acabam selecionando somente as propostas que, na visão deles apresentam menor risco. O próprio mecanismo utilizado pelos bancos impossibilita a continuidade de projetos que atenderiam pessoas de camadas mais pobres. Santos (2011) afirma que este comportamento de seleção adversa leva a duas situações: racionamento de crédito e aumento nos custos das transações. A primeira surge porque muitas propostas não são atendidas por conta da falta de informações adequadas; a segunda ocorre pela implantação de sistemas

complexos de informações e tomadas de decisões, que permitam selecionar tomadores com menos probabilidade de inadimplência.

As elevadas taxas de juros cobradas pelos bancos brasileiros também são outro fator impeditivo para a concessão de crédito e um dos responsáveis pela exclusão bancária no país (COSTA, 2018; SALM, 2019). Assim, um dos desafios para a manutenção do crescimento da economia brasileira, com base no mercado interno, passa pela ampliação da oferta de crédito para volumes e padrões internacionais. Contudo, são evidentes que juros e *spreads* altos são grandes barreiras para se alcançar estes patamares.

Quadro 3 – Acesso ao Microcrédito

CONCEITO	DESCRIÇÃO	TEMA	AUTORES
Acesso ao microcrédito	Obras relacionadas à disponibilidade de microcrédito para os microempreendedores	Metodologias de análise de crédito e avaliação do risco de crédito	Martins (2018)
		Ampliação de crédito e menores taxas de juros para o MEI	Carmo et al. (2015)
		Política do MEI para os empreendedores de baixa renda.	Tondolo (2018)
		Percepção de consumo de microcrédito pelos microempreendedores.	Santos (2011)
		Busca de crédito por microempreendedores formalizados	Fraga et al. (2018)
		Fatores econômicos associados ao MEI	Fernandez et al. (2019)
		Transição de informal para o MEI	Neves (2020)
		Benefícios e desafios em relação ao MEI	Silveira et al. (2016)
		Vantagem de adesão ao sistema MEI	Becker et al. (2018)
		percepção de microempreendedores (MEI) em relação ao microcrédito	Costa (2018)

Fonte: Autores

Tendo em vista a tímida oferta de crédito das instituições financeiras tradicionais para grande demanda formada por microempreendedores, cria-se uma fragmentação do sistema de crédito, formada pelo contingente de pequenos investidores não atendidos. Esses empreendedores acabam tendo que buscar o crédito no mercado informal, este mercado não institucionalizado e não tão exigente em garantias para fornecer o crédito para estes microempreendedores, formado por agiotas e credores familiares, balanceia o risco tomado sem garantias, pelas altas taxas de juros cobradas para a obtenção do crédito. O microcrédito objetiva exatamente evitar que os excluídos do sistema financeiro tradicional fossem obter crédito nesse mercado paralelo (COSTA, 2018).

A despeito de todas as dificuldades enfrentadas pelos pequenos empreendedores, há uma crença generalizada de que o programa do Microempreendedor Individual pode ajudar bastante a resolver parte dos problemas, principalmente aqueles referentes à condição de informalidade. Ao aderir ao MEI, tornar-se formal, contribuinte regular de impostos, - mesmo sabendo que de forma moderada e apropriada a seu perfil empresarial, - o pequeno empreendedor passa a ter acesso ao microcrédito para gerir seu negócio (BECKER et al., 2018; CARMO et al., 2015; FERNANDEZ et al., 2019; FRAGA et al., 2018; MARTINS et

al., 2020; NEVES, 2020; SILVEIRA et al., 2016). O quadro 3 apresenta pesquisas envolvendo questões referentes à formalidade e acesso ao microcrédito.

3. MÉTODO

A metodologia utilizada para atingir os objetivos foi realizada por meio de levantamento (*survey*) junto a 100 micro empreendedores (MEI) com o apoio da Casa do Empreendedor. Criada pela Prefeitura de Jataí (GO), este órgão visa, principalmente, facilitar os processos de abertura, regularização e baixa de empresas, com ênfase nos Microempreendedores Individuais (MEIs). Com microempreendedores que procuraram a Casa do Empreendedor, nos meses de novembro e dezembro de 2020, para serem atendidos responderam aos questionários com o auxílio dos atendentes do órgão municipal.

Para a construção do instrumento de coleta de dados, as questões foram divididas em cinco blocos, sendo: Bloco 1: Nível de conhecimentos do MEI, Bloco 2: Empreendedorismo, Bloco 3: Microcrédito, Bloco 4: Acesso ao Microcrédito, Bloco 5: Dados dos respondentes. O questionário foi realizado nesses blocos considerando que estes assuntos foram tratados na revisão da literatura de forma separada e por isso o modelo escolhido do formulário de pesquisa foi este, pois assim facilitou a comparação deste estudo com a literatura pesquisada. A formulação das questões foram baseadas pela literatura. As opções de respostas eram afirmativas e estas disponibilizadas 5 opções numa escala de concordância para os respondentes (escala do tipo Likert), quais sejam: 1 Discordo totalmente, 2 Discordo parcialmente, 3 Não concordo nem discordo, 4 Concordo, 5 Concordo totalmente. O quadro 4 mostra um resumo do questionário com a estrutura de cinco blocos.

Antes de ir a campo coletar os dados, foram realizados pré-testes com cinco microempreendedores para identificar eventuais dificuldades que os respondentes pudessem ter para preencher o questionário. Posteriormente, com microempreendedores que procuraram a Casa do Empreendedor para serem atendidos responderam os questionários com o auxílio dos atendentes do órgão municipal. As análises de dados foram feitas bloco a bloco avaliando as respostas em relação a cada grupo de questões. A técnica estatística básica foi a análise de frequência; também foram realizadas tabelas cruzadas (*crosstabs*), tendo a finalidade de avaliar diferenças significativas dentre as variáveis de perfil: local de funcionamento, ramo da empresa, faixa etária, escolaridade, gênero e perfil bancário do empreendedor.

Quadro 4 – Estrutura do Instrumento de Coleta de Dados - Questionário

Blocos - Questão	Base da literatura
Bloco 1: Nível de Conhecimento do Microempreendedor Individual	
1.1 Conheço os benefícios da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, Lei 147/2014. 1.2 Ter CNPJ e Alvará de Funcionamento sem custo e sem burocracia foi um motivo para eu abrir MEI. 1.3 Poder vender para o governo foi um motivo para eu abrir o MEI. 1.4 Ter acesso a produtos e serviços bancários, como crédito, foi um motivo para eu abrir o MEI. 1.5 Poder emitir nota fiscal foi um motivo para eu abrir o MEI. 1.6 O baixo custo mensal com tributos (INSS, ISS, ou ICMS) foi um motivo para eu abrir o MEI. 1.7 Acesso e apoio técnico do SEBRAE e a Casa do Empreendedor foi um motivo para eu abrir o MEI. 1.8 Os direitos e benefícios previdenciários como aposentadoria, auxílio doença, pensão por morte foi um motivo para eu abrir o MEI.	Lei 147/2014; Silveira et al (2016); Carmo et al (2015)

Bloco 2 – Empreendedorismo	
2.1 Os valores e a cultura da sociedade impactam na visão de empreender. 2.2 Para ser bem sucedido no Brasil é preciso ter criatividade e inovação. 2.3 Para ser bem sucedido no Brasil, é preciso ter persistência. 2.4 A dificuldade de oferecer garantias, prejudica o acesso ao crédito no sistema financeiro tradicional. 2.5 Possui um plano de negócios para planejar o futuro da minha empresa.	Dolabela (2008) Barone et al. (2002) Oliveira e Ferreira (2018) Mourão (2019) Salm (2019)
Bloco 3: Microcrédito	
3.1 Acho que o microcrédito é um instrumento que os mais necessitados podem ter acesso, aqueles que possuem dificuldade financeira. 3.2 O microcrédito promove às mudanças sociais nas localidades que é utilizado. Como aumento de renda, qualidade de vida, saúde. 3.3 O microcrédito é uma política de concessão de crédito com o intuito de possibilitar o desenvolvimento social. Por exemplo melhor distribuição de renda, geração de empregos. 3.4 O microcrédito ajuda na diminuição da pobreza.	Carvalho et al. (2019) SEBRAE (2009) Oliveira e Oliveria (2019) Barone et al.(2002)
Bloco 4: Acesso ao Microcrédito	
4.1 A abertura da empresa através do MEI facilita o acesso ao microcrédito. 4.2 A maioria dos microempresários pegam empréstimos com suas famílias, fornecedores e até com agiotas, mas esses cobram altas taxas de juros. 4.3 Pretendo aumentar meus negócios, tornando microempresa no futuro. 4.4 As altas taxas de juros cobradas pelos bancos, impedem a concessão de crédito e é um dos responsáveis pela exclusão bancária no país. 4.5 Conheço quais linhas de crédito estão disponíveis pra minha empresa por ser MEI. 4.6 Onde você teve conhecimento sobre as linhas de crédito disponíveis para o MEI? 4.7 Qual tipo de linha de credito sua empresa necessita mais?	Costa (2018) Tondolo (2018) Becker et al (2018) Ramalho (2015)
Bloco 5: Dados dos respondentes	
Local de funcionamento da empresa, ramo de atividade, data de início de atividade, faixa etária do MEI, nível de escolaridade, naturalidade, gênero, bancarização, faixa de faturamento da empresa.	Autores

Fonte: Autores

4. ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

Nesta etapa, são apresentados os resultados da pesquisa que foram divididos em cinco partes, sendo, Caracterização da Amostra, Nível de Conhecimento do MicroEmpreendedor Individual (MEI), Empreendedorismo, Microcrédito e Acesso ao Microcrédito.

4.1 Caracterização da Amostra

Como pode ser observado na tabela 1, a maioria dos Microempreendedores Individuais (85%) possui ponto comercial fixo para o desenvolvimento de suas atividades. Estes locais são divididos em pontos comerciais (43%) e também nas próprias residências dos empreendedores (42%). Das atividades desenvolvidas pelos MEIs a maioria (67%) das empresas atuam no ramo de comércio, representando o dobro daquelas que atuam com prestação de serviços.

Tabela 1 – Informações sobre os respondentes

	Ponto	Casa	Não tem ponto	Total
--	-------	------	---------------	-------

	Comercial		fixo		
1. Local onde funciona a empresa	43,0%	42,0%	15,0%	-	100,0%
	Comércio	Serviços			Total
2. Ramo de atividade da empresa	67,0%	33,0%	-	-	100,0%
	18 a 25 anos	26 a 35 anos	36 a 45 anos	Acima 45 anos	Total
4. Faixa etária do MEI	18,0%	37,0%	21,0%	24,0%	100,0%
	Fundamental compl.+inc.	Médio compl.+Inc.	Superior compl.+inc.	Pós Graduação	Total
5. Nível de escolaridade do MEI	30,0%	51,0%	15,0%	4,0%	100,0%
	Bahia	Goiás	Rio Grande do Sul	São Paulo	Total
6. Local de nascimento do MEI	3,0%	88,0%	6,0%	3,0%	100,0%
	Masculino	Feminino			Total
7. Gênero	49,0%	51,0%	-	-	100,0%
	Sim	Não			
8. Possui conta Pessoa Jurídica?	40,0%	60,0%	-	-	100,0%
	Banco do Brasil	Caixa	Santander	Cooperativa de Crédito	Total
9. Em qual instituição financeira? (Se sim)	22,0%	12,0%	3,0%	3,0%	40,0%
	Até R\$ 1.700	De R\$ 1.701 a R\$ 3.400	De R\$ 3.401 a R\$ 6.750	Acima de R\$ 6.750	
10. Faturamento	21,0%	30,0%	33,0%	16,0%	100,0%

Fonte: elaboração do autor

A tabela 2 permite identificar uma concentração de empresas que iniciaram suas atividades em 2018, 2019 e 2020, representando mais da metade (72%). A maioria dos microempreendedores estão na faixa etária entre 26 e 35 anos de idade (55%). A escolaridade do grupo possui uma concentração naqueles que possuem nível médio ou técnico incompleto representado 45% dos respondentes. Verificou-se também que menos da metade dos MEIs possuem conta empresarial em instituição financeira e os que possuem estão concentrados nas instituições com participação estatal - Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, que juntos possuem 85% dos correntistas desse segmento.

Tabela 2 – Ano em que a empresa começou a funcionar

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Frequência	6	6	9	7	12	18	42
Porcentagem	6	6	9	7	12	18	42

Fonte: Autores

2.1 Nível de Conhecimento do Microempreendedor Individual (MEI)

Como se pode ver na tabela 4, os Microempreendedores Individuais que abriram suas empresas através do MEI, em sua maioria (média 3,91) conhecem os benefícios da Lei 147/2014, que regulamentou a formalização de pequenos negócios que até então eram exercidos informalmente, corroborando Carmo et al. (2015). Muitos deles foram motivados a criar este tipo de empresa para conseguir CNPJ e Alvará de Funcionamento com baixos custos e sem burocracia.

Dos benefícios divulgados pelo Governo para os optantes pelo MEI, a possibilidade de vender para empresas públicas foi o que menos chamou a atenção dos microempresários (média 3,43). Muitos se interessaram pela possibilidade de emitir notas fiscais das vendas de produtos comercializados ou serviços prestados. O baixo custo mensal com tributação também se destaca (média 4,22) entre as vantagens mais valorizadas pelos MEIs. Outro diferencial que é observado pelos microempresários em Jataí (GO) é o apoio técnico do SEBRAE e da Casa do Empreendedor. De todos os benefícios, o que mais se destaca é a garantia dos direitos previdenciários como aposentadoria, auxílio doença e pensão por morte. Esta valorização em relação à previdência privada é corroborada por Silveira et al.(2016).

Tabela 4 – Nível de Conhecimento do Microempreendedor Individual (MEI)

Escala de Likert variando de discordo totalmente (1) até concordo totalmente (5)	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
1.1 Conheço os benefícios da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, Lei 147/2014.	3,91	1,06	1	5
1.2 Ter CNPJ e Alvará de Funcionamento sem custo e sem burocracia foi um motivo para eu abrir MEI.	3,91	1,19	1	5
1.3 Poder vender para o governo foi um motivo para eu abrir o MEI.	3,43	1,28	1	5
1.4 Ter acesso a produtos e serviços bancários, como crédito, foi um motivo para eu abrir o MEI.	3,61	1,35	1	5
1.5 Poder emitir nota fiscal foi um motivo para eu abrir o MEI.	4,06	1,10	1	5
1.6 O baixo custo mensal com tributos (INSS, ISS, ou ICMS) foi um motivo para eu abrir o MEI.	4,22	1,01	1	5
1.7 Acesso e apoio técnico do SEBRAE e a Casa do Empreendedor foi um motivo para eu abrir o MEI.	3,93	1,05	1	5
1.8 Os direitos e benefícios previdenciários como aposentadoria, auxílio doença, pensão por morte foi um motivo para eu abrir o MEI.	4,24	1,07	1	5

Fonte: Autores

2.2 Empreendedorismo

Em relação ao empreendedorismo, foi possível confirmar o que fora apresentado na literatura, conforme se depreende da tabela 3: Acredita-se que para ser bem sucedido no Brasil é preciso ter criatividade, inovação e muita persistência (DOLABELA, 2012; BARONE et al., 2002). Muitos microempreendedores possuem dificuldade de oferecer garantias e por isso se sentem prejudicados para conseguir linhas de crédito no sistema financeiro tradicional (média 4,10) (OLIVEIRA e FERREIRA, 2018; MOURÃO, 2019; SALM, 2019). Assim estes buscam empréstimos com parentes, agiotas e acabam tendo que pagar juros mais caros que o ofertado pelos bancos tradicionais. Não houve quem discordasse de ter um plano de negócios para planejar o futuro de sua empresa, o que reforça o desejo pelo crescimento e aumento de faturamento de cada microempreendedor.

Tabela 3 - Empreendedorismo

Escala de Likert variando de discordo totalmente (1) até concordo totalmente (5)	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
2.1 Os valores e a cultura da sociedade impactam na visão de empreender	4,01	0,99	1	5

2.2 Para ser bem sucedido no Brasil é preciso ter criatividade e inovação.	4,48	0,66	3	5
2.3 Para ser bem sucedido no Brasil, é preciso ter persistência	4,42	0,65	3	5
2.4 A dificuldade de oferecer garantias, prejudica o acesso ao crédito no sistema financeiro tradicional.	4,10	0,67	3	5
2.5 Possui um plano de negócios para planejar o futuro da minha empresa.	4,18	0,72	3	5

Fonte: Autores

2.3 Microcrédito

Na visão dos microempreendedores, o microcrédito é considerado um instrumento que aqueles mais necessitados, que possuem dificuldade financeira, podem ter acesso (média 4,30). A maioria absoluta dos entrevistados acredita que o microcrédito promove mudanças sociais nas localidades em que é utilizado (média 4,44), como melhorias da economia em termos de geração de empregos e renda. Também identificam-se melhoras na saúde e lazer das pessoas que vivem nessas localidades, conforme apresentado na tabela 5. Estes resultados estão confirmando as pesquisas de Barone et al. (2002), Carvalho et al. (2019) e Oliveira e Oliveira (2018).

Tabela 5 – Microcrédito

Escala de Likert variando de discordo totalmente (1) até concordo totalmente (5)	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
3.1 Acho que o microcrédito é um instrumento que os mais necessitados podem ter acesso, aqueles que possuem dificuldade financeira.	4,30	0,67	2	5
3.2 O microcrédito promove às mudanças sociais nas localidades que é utilizado.	4,44	0,52	3	5
3.3 O microcrédito é uma política de concessão de crédito com o intuito de possibilitar o desenvolvimento social.	4,26	0,68	3	5
3.4 O microcrédito ajuda na diminuição da pobreza.	4,15	0,70	3	5

Fonte: Autores

2.4 Acesso ao Microcrédito

A tabela 6 mostra que a grande maioria dos Microempreendedores Individuais concordam com a afirmativa de que, ao abrir uma empresa através do MEI, um benefício importante é a facilidade de acesso ao microcrédito (média 4,13). Este resultado está em linha com a literatura sobre o assunto (BECKER et al., 2018; CARMO et al., 2015; FERNANDEZ et al., 2019; FRAGA et al., 2018; MARTINS et al., 2020; NEVES, 2020; SILVEIRA et al., 2016). Neste sentido, eles alegam também que as altas taxas de juros cobradas pelos bancos tradicionais impedem a concessão de crédito e é um dos principais responsáveis pela exclusão bancária no Brasil (4,04). Também aqui, os achados estão corroborando as pesquisas sobre o tema (CARMO et al., 2015; FELDMANN, 2016; SALM, 2019).

Outro fato que chamou atenção foi o baixo índice de microempresários que conhecem as linhas de crédito disponíveis para suas empresas. Muitos microempresários financiam as atividades de seus negócios pedindo dinheiro emprestado à suas famílias, comprando à prazo junto a seus fornecedores e até mesmo com agiotas (COSTA, 2018; OLIVEIRA e

FERREIRA, 2018). Portanto esses tipos de empréstimos normalmente possuem taxas de juros ainda mais caras que os praticados nas instituições financeiras.

Tabela 6 – Acesso ao Microcrédito

Escala de Likert variando de discordo totalmente (1) até concordo totalmente (5)	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
4.1 A formalização (abertura) da empresa através do MEI facilita o acesso ao microcrédito.	4,13	0,85	2	5
4.2 A maioria dos microempresários se financiam (pedem dinheiro emprestado) com suas famílias, fornecedores e até com agiotas, mas esses cobram altas taxas de juros.	4,09	0,93	1	5
4.3 Pretendo aumentar meus negócios, tornando microempresa no futuro.	4,27	0,93	1	5
4.4 As altas taxas de juros cobradas pelos bancos, impedem a concessão de crédito e é um dos responsáveis pela exclusão bancária no país.	4,04	0,84	2	5
4.5 Conheço quais linhas de crédito estão disponíveis pra minha empresa por ser MEI.	2,97	1,36	1	5
4.6 Onde você teve conhecimento sobre as linhas de crédito disponíveis para o MEI?	3,67	1,84	1	6
4.7 Qual tipo de linha de credito sua empresa necessita mais?	2,94	1,07	1	4

Fonte: Autores

A maioria absoluta pretende aumentar os negócios de suas empresas (média 4,27), inclusive mudando de tipo de empresas para microempresa e empresas de pequeno porte que o faturamento anual é acima dos R\$ 81.000,00 anuais, podendo chegar a R\$ 25.000.000,00. Se de um lado eles pretendem crescer seus negócios, por outro, percebe-se que não conhecem na prática quais linhas de crédito são oferecidas para suas empresas. Grande parte daqueles que se dizem conhecer sobre essas linhas, ficaram sabendo sobre o assunto por amigos, ou por terceiros nas próprias instituições financeiras. Os demais tomam conhecimento por meio de propagandas, SEBRAE e Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Assim identifica-se que entidades que poderiam auxiliar no planejamento dos negócios desse público ainda podem aumentar bastante sua participação no apoio aos microempreendedores.

3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados da pesquisa foram coerentes com a literatura. Silveira *et al.*,(2016) e Carmo *et al.*,(2015) demonstraram que os benefícios considerados pelos MEIs, na prática concentram-se nos seguintes pontos, cobertura previdenciária do INSS, pouca burocracia, facilidade de emitir alvará de funcionamento, contratação de funcionário com pagamento de salário compatível ao mínimo. Os benefícios mais relevantes para os microempreendedores entrevistados também foram os já destacados pelos autores. Também há coesão do resultado da pesquisa com Barone *et al.* (2002), Costa (2018) e Oliveira e Ferreira (2018), que afirmam que os MEIs encontram dificuldades para oferecer garantias e por isso se sentem prejudicados por não conseguirem crédito no sistema financeiro tradicional.

Houve divergência da literatura registrada por Ramalho (2015), quando informou que a grande maioria dos microempreendedores não possuía um plano de negócios para planejar o

futuro de suas empresas. Em Jataí (GO), 82% dos microempresários possuem um plano de negócio. O resultado mostrou semelhança a afirmação de Oliveira e Oliveira (2019), que o microcrédito pode ser entendido como política de concessão de crédito a pessoas físicas ou jurídicas, empreendedores, de modo a oportunizar a produção e conseqüentemente o fortalecimento social e também ajuda na diminuição da pobreza.

Costa (2018) e Salm (2019), afirmam que as elevadas taxas de juros cobradas pelos bancos brasileiros também são fator impeditivo para a concessão de crédito assim como são responsáveis pela exclusão bancária. O resultado aqui obtido sugeriu que tal realidade é vista desta forma pelos microempreendedores pesquisados. Ramalho (2015) chegou à conclusão que 60% dos microempreendedores não conhecem ou não sabem informar sobre as linhas de crédito disponibilizadas para os MEIs. Tal afirmação pode ser corroborada também nesta pesquisa onde a maioria dos entrevistados desconhecem o assunto sobre essas linhas de crédito.

Sobre o tipo de linha de crédito de que os estabelecimentos precisam, houve divergência em relação a Ramalho (2015), para quem a metade dos microempresários disseram que a maior necessidade era apenas para capital de giro, enquanto em Jataí (GO), a maior demanda é para quem necessita de capital de giro e investimentos, representando 40% do público entrevistado, e para capital de giro puro, com 18% tendo informado essa necessidade de crédito como a principal.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por finalidade avaliar a percepção de microempreendedores participantes do programa MEI em relação ao entendimento, disponibilidade, e facilidade de acesso às linhas de crédito oferecidas por instituições financeiras na cidade de Jataí (GO). A metodologia utilizada foi o levantamento (*survey*) junto a cem microempreendedores cadastrados no MEI, tendo a coleta de dados sido viabilizada com o auxílio da Casa do Empreendedor de Jataí (GO).

No que se refere ao conhecimentos das linhas de microcrédito por parte dos MEIs, verificou-se que ainda existe muita falta de informação por parte dos entrevistados. Essa situação mostra a necessidade de os microempreendedores buscarem mais informações sobre benefícios que podem obter para sustentar o crescimento de suas empresas. Também ficou evidenciada a carência de qualificação profissional no que se trata de empreendedorismo e administração dos negócios. Apesar de as empresas estarem formalizadas e atuando legalmente, a falta de qualificação prejudica a busca por informações que possam auxiliar na história das empresas. Mesmo porque a iniciativa de se tornar um microempreendedor deve caminhar lado a lado com a vontade e a disponibilidade para buscar informações, para se qualificar e para estar atualizado com o crescente progresso tecnológico sob pena, de ficar para trás ou não permitir que a empresa cresça e seja obrigada a encerrar suas atividades.

Foi possível perceber que as instituições financeiras até disponibilizam linhas de crédito com condições diferenciadas para os Microempreendedores Individuais, mas ainda assim os microempresários encontram muita dificuldade para conseguir concretizar os negócios. Ainda há muita dificuldade na concessão destes empréstimos e financiamentos porque os microempreendedores via de regra não possuem garantias reais que possam ser oferecidas para os bancos.

Espera-se que os resultados encontrados sejam úteis e chamem a atenção tanto de microempreendedores quanto de gestores de políticas públicas e entidades como Sebrae e Casas do Empreendedor.

Convém destacar como importante limitação do estudo o fato de ter sido realizado com base em amostra não probabilística por conveniência. Os resultados encontrados não podem, portanto, ser generalizados para a população em geral de microempreendedores, mas se restringem à amostra utilizada.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, V. C. **Da Informalidade ao Microempreendedor Individual (MEI): Uma Revisão Sistemática** Dissertação de Mestrado Profissional em Economia Do Setor Público. Universidade Federal do Ceará.. Fortaleza, 2017.

BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. K. Empreendedorismo: Conceitos e definições. Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 25-38, jan. 2014.

BARONE, F. M.; LIMA, P.F.; DANTAS, V.; REZENDE, V. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, v. 65, 2002.

BECKER, L.; DE NEZ, J.; BUSSOLO, R.; LUBASE, M.V. As vantagens da adesão ao sistema mei – uma pesquisa junto aos microempreendedores de braço do Norte SC. II **Congresso Sul Catarinense de Administração e Comércio Exterior – Internacionalização, Inovação e Sustentabilidade**, 20 e 21 de junho, 2018.

BRASIL. Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006. Publicada no DOU de 22/12/2008.

BRITO, N.D.D.C. **Sucesso do microempreendedor individual no Brasil**. Dissertação de Mestrado. FEA – Univesidade de São Paulo, 2016.

CARVALHO R.D., Nunes R.V., Sales G.A.W. A Evolução do microcrédito e o empreendedorismo no Brasil durante o período de instabilidade econômica de 2014 a 2016. **Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos (REDECA)**, v. 6, n.1, p. 1-20, 2019.

COSTA, M. V. A. **Microempreendedorismo e Microcrédito: Utilização da Conjoint Analysis para a análise da percepção de consumo de microcrédito pelos microempreendedores**. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Fundação Getúlio Vargas, 2018.

DOLABELA, F. **O segredo de Luísa**. Rio de Janeiro: Sextante, 2012.

DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 7. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

FARIA, B.S.; MACHADO, F.S.; MARTINS, J.L.; REIS, T.R.S. Perfil Do Microempreendedor Individual: Uma Análise na Cidade de Volta Redonda. **XII SEGET – Simpósio de Excelência em Gestão Tecnológica**, outubro, 2015.

FELDMANN, P.R. Microcrédito: Oportunidade de crescimento para os pequenos. **Empresa Brasil**, ano 13, n. 126, janeiro, 2016.

FERNANDEZ, R.N.; LIMA, N.C.; MENEZES, G. Impactos dos fatores econômicos associados ao microempreendedor individual (MEI): uma análise para os estados brasileiros. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 72, p. 514-535, 2019.

FRAGA, L.S.; FRANÇA, M.T.A.; BAGOLIN, I.P. Microempreendedores Individuais formalizados buscam mais microcrédito? **Anais do XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2018.

IBQP - Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade. Empreendedorismo no Brasil – Relatório Executivo 2017. *Global Entrepreneurship Monitor*. Curitiba. Disponível em: <<https://www.ibpq.org.br>> Acesso em 25 de setembro de 2019.

MARTINS, R.F. **Metodologia de análise de crédito e metodologia para avaliação do risco de crédito: um estudo do ponto de vista da análise de crédito bancário**. Dissertação de Mestrado – Ciências Contábeis e Atuariais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 2018.

MOURÃO, G. N. O modelo original de microcrédito e sua versão brasileira: o que deu errado? *Revista FAE*, Curitiba, v. 22, n. 1, p. 35 - 50, jan./jun. 2019.

NEVES, R.S. Micro empreendedor individual: um estudo sobre a transição do micro empreendedor informal para o MEI – seus impactos e seus efeitos. **Diálogos: Economia e Sociedade**, Porto Velho, v. 4, n. 2, p. 134-141, jun/dez, 2020.

OLIVEIRA B.B.; OLIVEIRA, M. G.M. D. Políticas de microcrédito produtivo e a busca pelo desenvolvimento nacional. **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 19-32, jan./jun. 2019.

OLIVEIRA F.G. **Análise da adesão dos feirantes de Rio Verde-GO ao Programa Microempreendedor Individual**. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário Alves Faria, 2019.

OLIVEIRA, E.M.; FERREIRA, N.B. A importância da taxa de juros na obtenção de recursos financeiros pelo microempreendedor brasileiro. **Revista Lumen**, v.3, n. 6., p. 1-21.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. O Microempreendedor Individual - MEI. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br>> Acesso em 11 de fevereiro de 2019.

RAMALHO, D. S. **Linhas de crédito específicas para o Microempreendedor Individual como forma de incentivo para ampliação dos negócios**. Ciências Contábeis, Universidade Federal de Rondônia, 2015

REIS, T. L. , Santos, R.H. Empreendedorismo Jovem: Motivações, Dificuldades E Particularidades *Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo*. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 6, n. 2, p. 36-65, mar-abr, 2021

ROCHA, P. O. Empreendedorismo no Brasil análise do empreendedorismo brasileiro através do relatório GEM. Unicamp. 2016.

SALM, J. **O financiamento das micro e pequenas empresas e as dificuldades de acesso ao crédito: um levantamento na região metropolitana de Florianópolis- SC**. Dissertação de Mestrado. Ciências Sociais Aplicadas, Unisul, 2019.

SANTOS, A. **Microcrédito e desenvolvimento regional**. Fortaleza: Premius Editora, 2011.

SILVEIRA, A.; CARMO, H.M.O.; SOUZA, R.S. Microempreendedor Individual (MEI): Benefícios e desafios da legislação brasileira para a aplicação na prática da ação. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 2, n. 1, p. 117-137, jan-mar, 2017.

TONDOLO, L. P. **Resultados da política do microempreendedor Individual (MEI) para os empreendedores de baixa renda**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.